



Universidade Pública Urgente!

É preciso barrar a contra-reforma universitária!

No ano passado a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) entregou proposta ao governo federal comprometendo-se a dobrar o número de vagas nas universidades públicas federais. O recurso financeiro necessário seria equivalente à isenção que já é concedida a instituições privadas de ensino superior. Mas o governo, ao invés de fortalecer a universidade pública, tomou a direção oposta: concedeu novas isenções ao “mercado” de educação, lançando o ProUni (“Universidade para Todos”), ainda como Medida Provisória, e comprando vagas na rede privada.

Paralelamente o governo impulsionou o projeto de lei, dito de Inovação Tecnológica, que aprofunda um direcionamento utilitarista e mercadológico para a produção científica e tecnológica das instituições públicas de pesquisa e de educação superior. Não bastasse isso, ainda emitiu o Decreto 5.205, com o intuito de regulamentar a atuação das fundações privadas, de apoio às instituições federais de

ensino e pesquisa, cuja ação privatizante sobre estas instituições públicas temos denunciado amplamente. Estas medidas, mais outras que estão sendo formuladas, compõem o que chamamos de *Contra-Reforma Universitária* e cada uma delas foi analisada detalhadamente em nossos últimos boletins.

A lógica “social-mercado-lógica” que tem dominado as iniciativas do governo vê



Plenária contra Reforma realizada na Unifesp em 24/10

os benefícios sociais à população como resultado do estímulo estatal a iniciativas privadas. É o movimentar e o crescer da economia que promove empregos e distribui benesses que, neste discurso,

tornam-se elementos privilegiados para a distribuição de renda e justiça social. Nesta perspectiva, também, não há diferença entre direitos sociais chegarem ao cidadão como um serviço público ou como uma mercadoria contratada pelo Estado ou paga pelo cidadão.

Movimento nacional

Direitos de cidadania não podem estar ao sabor das leis de mercado. É im-

perioso resistirmos a essas iniciativas do governo Lula, particularmente aquelas que afrontam nossa luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Neste sentido cresce um movimento nacional de resistência à Contra-Reforma Universitária.

Em 11/11 próximo teremos um importante Ato em São Paulo contra a Reforma Universitária do governo e contra o reajuste de mensalidades nas instituições privadas de ensino superior. Será parte das manifestações a participação na audiência pública que ocorrerá na Assembléia Legislativa, tratando dos reflexos da Contra-Reforma em São Paulo. Também está em processo de organização um Ato unificado em Brasília, no dia 25/11.

Docentes, alunos e funcionários das universidades públicas têm o dever de resistir a esta nova onda de mercantilização do ensino superior público. Essa tem sido nossa história de luta e de compromisso com as gerações futuras por uma sociedade justa, solidária, onde a educação e os demais direitos de cidadania sejam um dever do Estado.

Deliberações da Assembléia da Adusp de 26/10

1. Foram indicados os professores Américo Kerr, César Minto e Líghia Matsushigue para participar do 49º Conad que será realizado em Brasília nos dias 5, 6 e 7/11 de 2004.

2. Declarar 11/11 como Dia Estadual de Luta para

Barrar essa Reforma Universitária. Organizar nesse mesmo dia, em conjunto com o Fórum das Seis, um ato unificado.

3. Realizar nova assembléia no dia 8/11 para deliberar sobre o indicativo de paralisação no dia 11/11.

4. Incluir na pauta de discussão da assembléia do dia 8/11 ações concretas em relação às fundações privadas “de apoio”, em particular no que diz respeito a docentes em exercício de cargos administrativos na USP fazerem parte de órgãos diretivos de tais fundações.

Assembléia da Adusp

8/11, 17h, no Salão Nobre do Instituto de Geociências

Pauta

- 1) Reforma Universitária: • indicativo de paralisação em 11/11
• Ato contra a Reforma Universitária
- 2) Fundações: ações concretas e perspectivas

Plenária estadual mobiliza centenas contra a reforma universitária

Realizada na Unifesp no dia 24/10, a “Plenária Estadual de Mobilização para Barrar essa Reforma Universitária” reuniu centenas de participantes, na maioria estudantes — universitários de diferentes instituições, públicas e privadas, e secundaristas — mas também docentes de várias IES. A plenária foi uma atividade preparatória do “Dia Nacional de Paralisação nas Universidades”, marcado para 11/11, e da “Grande Marcha a Brasília”, prevista para 25/11.

Participaram da organização do encontro a Adunifesp, o Fórum das Seis, o Andes-SN, os DCEs da Unifesp e da USP, o movimento de secundaristas, a diretoria da UEE-SP (oposição) e a central estudantil Conlute.

Durante a manhã foi realizado um debate sobre a reforma, com a participação dos professores Francisco de Oliveira (USP), João dos Reis Santos Filho (Ufscar) e Iole Ilíada (Unisa, diretora do Andes-SN). À tarde, organizados em dez grupos de trabalho, os participantes aprofundaram a discussão sobre as estratégias e táticas a serem adotadas no enfrentamento da reforma universitária que o governo Lula pretende impor. As propostas dos GTs foram sistematizadas e apresentadas na plenária de encerramento.

As principais deliberações consensuais foram:

- Intensificar a mobilização e preparar materiais unificados para convocação das atividades de 11/11 (Dia Nacional de Luta contra a Mercantilização da Educação e contra essa reforma) e 25/11 (Marcha a Brasília para barrar essa reforma);

- No dia 11/11, realizar

diversos atos locais, e um ato central na capital;

- Boicotar o ENAD;
- Lutar por redução das mensalidades e passe livre;
- Criar um Comando Estadual de Mobilização para preparar a Marcha de 25/11, que envolverá diversas entidades e movimentos sociais, pois o eixo é a luta contra todas as reformas neoliberais (universitária, sindical, trabalhista) e a favor da reforma agrária;

- Construir uma Agenda Nacional de Lutas para depois de 25/11.

Maior unificação

Ao comentar o debate da manhã, o professor Francisco Oliveira frisou que, por uma questão tática, o centro do movimento deve ser a reforma propriamente dita: “Muitas das falas colocaram a questão da pretensa reforma universitária no contexto mais geral da política econômica deste governo. Entretanto, é preciso prestar atenção especificamente ao que quer dizer a reforma universitária, porque se não nós seremos derrotados. É impossível convocar toda a nação para neste momento dar um combate à política econômica em nome da reforma universitária”.

“É preciso incidir especificamente sobre o que quer dizer a reforma universitária, e chamar os interessados para esse ponto”, reforçou ele. “O Congresso não vai se mobilizar se o protesto for contra a política econômica. Ele pode se mobilizar e pode ser obrigado a tomar posição, especificamente em relação à reforma universitária”.

O professor Oliveira endossou a idéia de maior unificação da luta, para tirar do governo o discurso de que se

trata de reivindicações corporativas do setor público, em defesa de supostos privilégios. “O ensino privado e a privatização prejudicam não só a universidade pública, mas também aqueles que estão no ensino privado”, explicou, referindo-se a professores e alunos.

Em seguida, o professor Oliveira retomou a questão da tática: “É preciso chamar atenção sobre a reforma universitária, sem descontextualizá-la, mas ou nos organizamos em torno da questão da reforma universitária, ou não teremos êxito para combatê-la. Apertar a garganta dos congressistas com o nó da reforma universitária, se não eles escaparão”.

Fincar a unidade

O professor João dos Reis também defendeu a unidade de diferentes setores como essencial à luta. “O conteúdo da educação superior, do que se faz em sala de aula, em laboratório, em ensino e pesquisa, é igual, na sua natureza, na pública, na privada, na confessional etc. O que difere é a natureza institucional. É preciso esquecer a diferença da natureza institucional dos segmentos da educação superior, e fincar a unidade no conteúdo da educação superior”, disse ele.

“Outra questão fundamental dentro da estratégia”, afirmou ele, “é que a sociedade civil do início do século 21, e a universidade, não são mais as mesmas da década de 80”. Hoje, completou, a sociedade civil é “completamente desorganizada, esquizofrênica, é aquele indivíduo só, mudo e patético, porque ele não se organiza, não reivindica”.

“Vamos, como diria Gramsci, conquistando casamatas, para depois atingirmos



Daniel Garcia

Debate de abertura da Plenária

a última casamata, que seria uma unidade desse movimento para discutir um projeto de reforma universitária na sua íntegra, e não um projeto feito a conta-gotas”. No seu entender, é preciso também discutir os fundos setoriais e a Lei da Inovação.

“A reforma faz parte, sem dúvida alguma, de algo que temos comentado muito, que é a *mercantilização da democracia*. O terceiro setor é completamente favorável à reforma universitária, porque lhe rende muito e ele está mais organizado do que nós, tem dinheiro e o apoio político do governo”.

“Mentes e corações”

A professora Iole Ilíada destacou o fato de que medidas como o ProUni tendem a agravar as já péssimas condições de trabalho no setor universitário privado, onde geralmente a expansão se dá sobre cursos que requerem pouca infra-estrutura (sala de aula, lousa, mesa) e os professores são contratados como horistas, portanto pelo número de horas-aula dadas. Esse salário não inclui verba para pesquisa e extensão.

“Esse modelo das instituições privadas contamina aquilo que vem sendo pensado

para as instituições públicas”, denunciou a professora. “Em grande medida essas novas instituições públicas que têm surgido copiam aquilo que é praticado nas instituições privadas. Inclusive no que se refere aos regimes de trabalho. Não é à toa que a figura do professor-substituto tem-se disseminado pelas instituições públicas”.

Ao defender a ampliação e unificação do movimento, ela assinalou que a luta para barrar essa reforma não é fácil. “Nossos inimigos são muitos e são poderosos. Para termos alguma força nesse enfrentamento, temos que trazer mais e mais setores. Temos que ganhar mentes e corações para esse enfrentamento. Temos que encher não apenas auditórios, mas praças, ruas”, disse a professora Iole.

“Precisamos construir a unidade mais ampla possível”, enfatizou a diretora do Andes-SN, lembrando a realização da Plenária de 12/10 em Brasília, da qual participaram 1.500 pessoas. “Se nós perdermos essa lógica da unidade, sob o pretexto das nossas concepções estratégicas, se colocarmos aquilo que nos separa acima daquilo que nos une, nossa luta estará fadada ao fracasso”.

Debate sobre a reforma teve representante do MEC

No dia 20/10, a Adusp realizou, no Auditório do Instituto Oceanográfico, o debate “Reforma Universitária”, do qual participaram o professor Ronaldo Mota, secretário-executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE) e membro do Núcleo Executivo da Reforma do Ensino Superior do MEC; a professora Milena Martinez, secretária do Andes-SN; o professor Milton Vieira do Prado Jr., coordenador do Fórum das Seis; e o estudante Maurício Costa, representante do DCE-USP.

A Adusp convidou ainda o Cruesp, que comunicou, através de ofício, que não poderia participar devido a “compromissos assumidos anteriormente” por seus membros; e a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), da qual não obteve resposta.

O representante do MEC iniciou o debate traçando um quadro da situação atual da educação superior no país. Explicou que ela sofreu, a partir de 1995, uma alteração significativa, caracterizada pela inexistência de um plano federal de aumento das matrículas e de exercício de regulação, o que acabou dando oportunidade a uma “ocupação de espaço desenfreada pelo ensino privado”, associada à idéia de que “diploma é mais importante do que conhecimento adquirido”.

Em seguida, apresentou as diretrizes do governo na elaboração do projeto de reforma do ensino superior: recuperar o papel regulador do Estado e a capacidade do poder público de ofertar vagas e de participar de forma mais significativa da abertura de vagas no ensino superior.

Sem novidades

A professora Milena Martinez criticou o chamado “Documento II” do MEC, dizendo que o texto não traz

novidades em relação à proposta de reforma do ensino superior apresentada por Bresser Pereira no governo FHC. “Esse documento do Bresser apareceu na época em que o documento do Banco Mundial estava indicando a mesma proposta para o ensino superior latino-americano”.

Ela explicou que o Banco Mundial propunha diversificação de fontes de financiamento e diferenciação do papel da universidade, e não havia qualquer menção às atividades relativas à produção do conhecimento, como não há também agora. “O governo nos parece estar mais preocupado em resolver o problema dos proprietários das escolas privadas do que do ensino superior público”, disse.

Milena apontou três questões políticas que geraram preocupação no “Documento II”. A primeira, quando se refere à educação como bem público, o que não garante financiamento por parte do Estado. “Isso propicia que o discurso do bem público justifique a aplicação de dinheiro nas escolas privadas”.

A segunda, o uso do termo “justiça social”, traduzido no documento como igualdade de condições para a entrada no ensino superior. “Entendemos que acesso a todos não é uma questão de justiça social, é questão de direito”, disse. A terceira diz respeito ao papel do Estado, não mais visto como aquele que irá prover e financiar o ensino, mas apenas como regulador e supervisor do sistema.

Bandeira histórica

O representante do DCE, Maurício Costa, concordou que a reforma da educação não é algo novo, mas sim bandeira histórica de luta dos movimentos sociais. O

Plano Nacional de Educação (PNE, previsto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988), que ganhou força na década de 1990, foi citado por ele: o governo FHC, executor da lógica neoliberal, vetou vários dos artigos do PNE, desfigurando-o. “A reforma universitária que está sendo proposta pelo governo Lula segue essa mesma lógica, assim como foi a reforma da Previdência”, criticou.

Quanto à ampliação de vagas, o estudante considera que, além de não levar em conta a qualidade do ensino, é demagógica, “porque inclui determinados setores que não tiveram acesso à universidade”. Criticou a legitimação de mecanismos sempre combatidos, como o Fies e a desoneração tributária. “O que poderíamos obter de verbas para os cofres públicos acaba indo para uma ampliação de vagas que contempla uma parcela muito pequena dos setores que não conseguem entrar na universidade”.

Medida Provisória

O professor Milton Vieira criticou a forma “fatiada” de implantação da reforma universitária, por meio da qual o governo vem aprovando aspectos centrais da proposta sem permitir amplo debate democrático. “Está passando tudo por medida provisória. O que vai sobrar para aprovar na reforma universitária?”, indagou.

Sobre o ProUni, o coordenador do Fórum das Seis disse considerar perverso deslocar o investimento na instituição de ensino para financiar o estudante. “Estamos enganando o aluno carente que vai entrar na universidade particular. Ela banca a mensalidade, mas não banca o deslocamento, a alimentação, as altas taxas para pegar um histórico escolar”.



Daniel Garcia

No IO, estudante questiona representante do MEC (de paletó)

Em resposta às críticas apresentadas pelos debatedores, o professor Mota afirmou que “a realidade não é nada disso”, e pediu que se trabalhasse “no limite da racionalidade”, o que provocou indignação de convidados e público. Disse que “se o objetivo for barrar essa reforma”, pode ser facilmente alcançado: “Ela pode ser barrada pelo movimento social, por setores do próprio governo e pelo Congresso Nacional”. Os presentes, no entanto, discordaram: “Não é tão fácil assim. Como é que se barra uma medida provisória?”, questionou o representante do DCE.

Erros do governo

O professor Mota admitiu que um “erro do próprio governo” é que o ProUni “jamais foi discutido no âmbito da Comissão Executiva da Reforma [sic]. Deveria ser, não foi”, o que acentuou, segundo ele, a dicotomia entre o governo e o grupo que pensou a reforma universitária. Para ele, o governo também errou ao submeter o ProUni ao Congresso por meio de medida provisória.

No entender do representante do MEC, a forma como o programa foi entendido foi “desastrosa”, não correspondendo ao projeto como um todo, mas a uma

parte dele. “O ProUni não pretende ser majoritariamente um projeto de compra de vagas”, explicou. Ele observou que o governo paulista também recorre à compra de vagas.

Sobre o Banco Mundial, foi categórico: “A menos que eu seja completamente inocente, ou completamente indecente, devo deixar claro que, desde fevereiro, não há absolutamente nenhum vínculo entre Banco Mundial e Ministério da Educação”.

Quanto às fundações privadas, que tiveram sua atuação questionada por diversas manifestações do plenário, o secretário-executivo do CNE considera que são “uma triste realidade dentro das universidades”. No entanto, apresentou justificativas para elas: “Nas federais, sua implementação se justificou com a incapacidade de gestão dos recursos públicos”, alegou. “Os próprios hospitais universitários só se viabilizam utilizando as fundações”. Estas declarações foram ironizadas pelo representante do DCE.

Solicitado, no debate, a apresentar argumentos objetivos sobre a intenção do MEC de “forjar” uma lei orgânica da educação superior, o professor Mota não respondeu de forma a esclarecer efetivamente a questão.

Carolina Bori: professora, pesquisadora, guerreira

No dia 4/10 faleceu, aos 80 anos, a professora Carolina Bori, vítima de complicações decorrentes de uma pneumonia. Presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a professora era um dos maiores nomes da pesquisa no país. Iniciou seus estudos na área de psicologia social e depois introduziu a análise de comportamento no Brasil.

Na USP, Carolina participou da criação do Instituto de Psicologia (IP) e de seu Programa de Pós-Graduação, o qual coordenou durante quinze anos, tendo orientado mais de 100 trabalhos de mestrado e doutorado. Também ajudou a fundar o IP da Universidade de Brasília (UnB), o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibecce), a Associação Interciência e a Estação Ciência.

“É muito difícil destacar uma coisa que ela tenha feito, porque são muitas. Ela teve uma atuação muito importante não só para a psicologia, como para a ciência no Brasil de um modo geral”, diz o professor José César Coelho de Rose, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que foi orientando de mestrado e doutorado de Carolina e depois trabalhou ao seu lado no Conselho Editorial da *Revista Psicologia*.

“Em relação à pesquisa, foi uma das pessoas que mais contribuiu para o fortalecimento da psicologia como ciência”, assinalou o professor de Rose. “Realizou pesquisas



Carolina no ato da Adusp de 1º/4/2004

que marcaram época e desenvolveu aplicações à educação e a outras áreas. É uma professora, pesquisadora e cidadã que vai fazer muita falta”.

“Perdemos uma guerreira”

Ele lembra que a professora ocupou a Presidência da SBPC (1986-1989) justa-

mente no período da elaboração da Constituição Federal: “Ela foi portavoza da comunidade científica junto à Assembléia Constituinte, e teve uma história de luta na defesa da melhoria do ensino de graduação e pós-graduação no país”.

Em declaração ao *Jornal da Ciência* de 5/10, a professora Glaci Zancan, ex-presidente da SBPC,

destacou como legado de Carolina sua “luta infatigável pelo bem comum e pela construção de um país democrático e soberano”. “Com o falecimento da professora Carolina perde o país uma militante valorosa na defesa da liberdade de expressão. Perde a universidade pública uma professora competente,

uma guerreira. Perde a SBPC uma defensora intransigente de sua autonomia frente ao poder e aos interesses particulares. Perdemos todos nós a convivência com uma figura humana extraordinária pelo seu despojamento na busca de seus ideais”, disse.

“A minha lembrança de Carolina Bori é muito antiga”, declara outro ex-presidente da SBPC, o professor Aziz Ab’Saber, da USP. “Começa na sua atuação de aluna da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no ambiente do terceiro andar do edifício da Escola Caetano de Campos. Acompanhei depois toda a trajetória cultural, cidadã e de professora ao longo de muitos anos. Carolina teve um desempenho extraordinário no IP da USP e na SBPC. Ela foi mais do que uma heroína. Daí porque todos nós estamos estarecidos com o seu passamento”.

Revista Adusp 33 lançada na Maria Antonia

Daniel Garcia



No dia 22/10, no Salão Nobre do Centro Universitário Maria Antonia, foi lançada a edição 33 da *Revista Adusp*, que traz importantes revelações sobre a atuação dos órgãos de segurança do regime militar nos *campi* da USP. O conjunto de reportagens, intitulado “Segredos da Ditadura Militar”, foi baseado em documentação inédita e dezenas de depoimentos. O lançamento foi seguido de um animado coquetel.

Comissão de pesquisadores organiza um debate entre candidatos a diretor científico da Fapesp

A Comissão Permanente de Acompanhamento dos Investimentos em Ciência & Tecnologia do Estado de São Paulo, criada em reunião realizada em 17/9, na sede da SBPC e sob coordenação da Secretaria Regional da entidade (vide *Informativo Adusp* 171), encaminhou à Fapesp, após nova reunião em 15/10, documento em que apresenta as seguintes propostas, entre outras:

“1- Ampliação do diálogo entre a Fapesp e a comunidade científica do Estado de São Paulo”, havendo “necessidade de um canal de comunicação permanente e ampliado entre a Fapesp e a comunidade científica e uma maior interlocução entre a Fundação e os pes-

quisadores do Estado de São Paulo”. A Comissão indicou “alguns temas que merecem atenção imediata”, a saber: “discussão sobre o processo de distribuição dos recursos, para ampliação da transparência”, “divulgação ampla dos critérios para distribuição de bolsas e dos pareceres de todos os processos analisados”, “divulgação dos vínculos da Fapesp com as empresas privadas”.

“2- Realização de um cadastro dos pesquisadores, equipamentos e linhas de pesquisa existentes nas Instituições de Pesquisa do Estado, acessível em vários meios de comunicação, visando incentivar os contatos e colaborações, além de aumentar a transparência

sobre a distribuição dos recursos”, “manutenção, como valor fundamental da Fapesp, do apoio à pesquisa básica, sem que se deixe de considerar e incentivar a pesquisa tecnológica, em todas as áreas da ciência”.

Sobre o processo de sucessão de 2004 na Fapesp, a Comissão decidiu, além de apresentar este documento contendo as propostas da comissão, realizar dois debates, um com os candidatos a diretor científico e outro com candidatos a diretor presidente, após o registro das candidaturas e antes da elaboração da lista tríplice; e solicitar dos candidatos que apresentem suas plataformas de atuação antes da realização dos debates.